**COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA CAPSECI**
*(Portaria Nº 17/2026 de 27/01/2026, publicada em 28/01/2026)*

**ATA Nº 07/2026**

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, (17/07/2026), às 08h30, realizou-se a Reunião Ordinária nº 07/2026 do Comitê de Investimentos da CAPSECI. A reunião foi presidida pelo Sr. Gilberto Yoshio Matuo e secretariada por mim, Luiz Fernando Russo de Oliveira, Gestor de Recursos. Registrou-se a ausência do membro Marcos Alberto Valério, que se encontra afastado por motivo de saúde. Registrou-se, ainda, a participação do Sr. Gustavo Leite, representante da LEMA Consultoria de Investimentos, que acompanhou parte da reunião e prestou esclarecimentos técnicos acerca dos temas constantes da pauta. Ao final de sua participação, apresentou aos membros a iniciativa da consultoria de disponibilizar um curso sobre Inteligência Artificial aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), destacando seu potencial como ferramenta de apoio às atividades desenvolvidas pelos institutos de previdência. Em seguida, agradeceu a oportunidade de participar da reunião e retirou-se, em razão de compromisso previamente agendado junto a outro RPPS. Iniciando os trabalhos, passou-se ao **Item 1 da Pauta Ordinária nº 07 - Posicionamento da Carteira de Investimentos - Junho/2026**. Inicialmente, foram apresentados o Relatório das Aplicações Financeiras, detalhado por contas bancárias, e o Relatório Geral de Investimentos, extraído da Plataforma UNO da Consultoria LEMA. O Sr. Luiz Fernando apresentou o posicionamento da carteira de investimentos referente ao mês de junho de 2026, informando que a CAPSECI encerrou o período com patrimônio aplicado de R$ 264.881.950,62 (duzentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e um mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos), obtendo rentabilidade nominal de R$ 2.814.640,89 (dois milhões, oitocentos e quatorze mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e nove centavos) no mês. Informou, ainda, que, no acumulado do primeiro semestre de 2026, a carteira registrou resultado positivo de R$ 16.973.877,60 (dezesseis milhões, novecentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta centavos). Foi explicado que a carteira apresentou rentabilidade de 1,03% no mês e 7,11% no acumulado do exercício, frente à meta atuarial de 0,62% e 6,23%, respectivamente. Constatou-se que a CAPSECI permanece cumprindo a meta atuarial para 2026 (IPCA + 5,63% ao ano), apresentando desempenho acumulado 0,88 ponto percentual superior à meta. Também foram analisadas a composição da carteira, a distribuição dos recursos por classe de ativos, gestor e administrador, bem como o enquadramento dos investimentos à Resolução CMN nº 5.272/2025, entre outros pontos. Em seguida, os membros analisaram o Relatório de Riscos, extraído da Plataforma UNO, destacando-se, entre outros pontos, que a carteira apresenta Value at Risk (VaR) de 4,72% e volatilidade de 2,39%, ambos para o horizonte de 12 meses. Por fim, foi analisado o Relatório Trimestral de Custos, elaborado pela LEMA Consultoria de Investimentos em atendimento à Resolução CMN nº 5.272/2025, ocasião em que foram avaliados os custos incidentes sobre os investimentos da carteira. **Item 2 da pauta - Análise de Cenário Econômico e de Mercado**. Na sequência, passou-se à análise do cenário econômico e de mercado, com a leitura e discussão do Panorama Econômico

referente ao mês de julho de 2026, elaborado pela LEMA Consultoria de Investimentos. Foi debatido que, no mês de junho, apenas os índices CDI e IRF-M 1 superaram a meta atuarial, enquanto os indicadores de maior duration, como IMA-B 5+, IRF-M 1+ e Ibovespa (IBOV), apresentaram os piores desempenhos, refletindo, na opinião dos membros, os efeitos da abertura da curva de juros. Ressaltou-se, contudo, que a estratégia da CAPSECI de manter parcela relevante dos investimentos em títulos públicos federais marcados na curva tem proporcionado maior estabilidade e previsibilidade à carteira, reduzindo os impactos da volatilidade dos ativos de longo prazo. Na oportunidade, também foram analisadas as projeções do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central e os índices de mercado da ANBIMA, constatando-se que os indicadores de menor duration permanecem apresentando desempenho mais aderente à meta atuarial e ao CDI, ao passo que os índices de prazos mais longos seguem pressionados pelo atual cenário de juros elevados. Por fim, foram discutidas as taxas indicativas dos títulos públicos federais, destacando-se que as NTN-B continuam oferecendo remuneração próxima de IPCA acrescido de taxa real de 8% ao ano, patamar considerado atrativo para investimentos de longo prazo e compatível com a meta atuarial. **Item 3. Propostas de Alocação, Realocação e Rebalanceamento da Carteira.** Na sequência, passou-se à análise das propostas de alocação, realocação e rebalanceamento da carteira de investimentos, sendo avaliadas oportunidades compatíveis com a Política de Investimentos e com o cenário macroeconômico. Os membros destacaram que o ambiente econômico permanece marcado por incertezas fiscais, políticas e geopolíticas, que mantêm as taxas de juros em patamares elevados. Nesse contexto, observou-se que o cenário continua favorável às aplicações indexadas ao CDI e aos títulos públicos federais atrelados ao IPCA. Foi apresentada a posição financeira do fundo BB Tesouro Selic FIC Renda Fixa, no Banco do Brasil, que, em 16 de julho, possuía saldo de R$ 15.144.116,20. Ficou acordado que será utilizado recursos deste fundo para o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário e da folha de pagamento do mês de julho. Considerando que ainda não haviam sido iniciados os repasses do aporte para cobertura do déficit atuarial, os membros deliberaram, por unanimidade, não realizar novas aquisições de títulos públicos federais neste momento, mantendo os recursos disponíveis aplicados no referido fundo. Deliberou-se, ainda, que os recursos ingressados na conta corrente da CAPSECI até a próxima reunião permanecerão aplicados no BB Tesouro Selic FIC Renda Fixa, do qual também serão efetuados os resgates necessários ao custeio das despesas do período. Durante os debates, foram analisados comparativos de desempenho entre fundos de renda fixa e renda variável, constatando-se que, no atual cenário de mercado, os fundos indexados ao CDI e aqueles compostos cem por cento por títulos públicos federais vêm apresentando desempenho compatível com o cumprimento da meta atuarial, reforçando a decisão do Comitê de manter, neste momento, postura conservadora quanto à realização de novas realocações da carteira. Prosseguindo com a pauta, passou-se ao acompanhamento e monitoramento dos investimentos integrantes da carteira da CAPSECI. **Item 4. Acompanhamento e Monitoramento dos Investimentos. 4.1. Fundo MACAM Shopping FII (BLUE11).** Inicialmente, foi analisada a situação do MACAM Shopping Fundo de Investimento Imobiliário (BLUE11). Foi apresentado o Informe Mensal referente ao mês de junho de 2026, extraído da plataforma Fundos.Net, destacando que o fundo encerrou o período com patrimônio líquido de R$

469.077.292,61 e valor patrimonial da cota de R$ 537,37. Informou, ainda, que as cotas vinham sendo negociadas no mercado secundário por aproximadamente R$ 115,00, evidenciando significativa diferença entre o valor patrimonial e a cotação de mercado, motivo pelo qual o investimento permanece sob acompanhamento do Comitê. Registrou-se que o fundo continua sendo administrado pela Master CCTVM, atualmente em liquidação extrajudicial, circunstância que demanda acompanhamento permanente quanto à sua governança. O Sr. Luiz Fernando informou que permanece sem resposta o ofício encaminhado à gestora Bluemac Asset Management, contendo questionamentos sobre a gestão e as perspectivas do fundo, cujo conteúdo será apresentado ao Comitê tão logo seja respondido. Informou, ainda, que foi realizada consulta aos cotistas para sugestões de pauta da próxima Assembleia Geral. Durante esta discussão, os membros discutiram a importância da atuação conjunta dos RPPS cotistas para fortalecimento da governança do fundo. Foi informado que, conforme levantamento realizado com apoio da consultoria de investimentos, aproximadamente 10,41% das cotas pertencem a RPPS, estando em análise, junto à consultoria, as prerrogativas que esse percentual poderá conferir aos cotistas. Ao final, deliberou-se acompanhar a divulgação da pauta da Assembleia Geral e avaliar, em conjunto com os demais RPPS, eventuais medidas voltadas ao aprimoramento da governança do fundo. **Item 4.2. Fundo Brazilian Graveyard and Death Care Services FII – CARE11.** Na sequência, foi analisado o Comunicado ao Mercado divulgado pela Mérito DTVM, no qual a administradora informou não possuir conhecimento de fatos que justificassem as recentes oscilações atípicas na cotação das cotas do fundo. Os membros do comitê pontuaram mais uma vez que a baixa liquidez do ativo contribui para oscilações relevantes no preço de mercado. Em seguida, foi analisada a convocação para Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do fundo enviada em 19 de junho, cujos principais itens da pauta tratam da cisão parcial e da liquidação integral do fundo. O Sr. Luiz Fernando esclareceu que a solicitação de convocação de AGC decorre de iniciativa dos RPPS cotistas, que atualmente representam mais de 30% das cotas emitidas, visando tomar providencias que visem fortalecer a governança e buscar alternativa para redução da expressiva diferença entre o valor patrimonial e a cotação de mercado das cotas. Informou, ainda, que a gestora do fundo apresentou proposta de cisão parcial do fundo, tema igualmente submetido à deliberação da Assembleia. O Sr. Luiz Fernando informou que o Conselho de Administração da CAPSECI, em reunião realizada em 16 de julho de 2026, deliberou acompanhar a orientação técnica da LEMA Consultoria de Investimentos. Após análise do parecer da consultoria, o Comitê, por unanimidade, deliberou acompanhar integralmente a recomendação técnica, por também considerar a mais correta, manifestando-se pela reprovação da proposta de cisão parcial e pela aprovação da proposta de liquidação integral do fundo, por entender que esta última representa a alternativa mais adequada para a preservação dos interesses dos cotistas, desde que conduzida de forma ordenada e em conformidade com a regulamentação aplicável. Demais pontos da pauta serão votados conforme opinião da consultoria em seu parecer. Por fim, os membros deliberaram manter a estratégia de alienação gradual das cotas do CARE11, conforme definido em reuniões anteriores, permanecendo eventual revisão das ordens de venda condicionada ao resultado da Assembleia Geral de Cotistas, cuja apuração dos votos está prevista para 03 de agosto de 2026. **Item 5. Demais assuntos de interesse do Comitê. 5.1 Análise do credenciamento de instituições financeiras.** O

Sr. Luiz Fernando apresentou aos membros os processos de renovação de alguns processos de credenciamento das instituições financeiras que estão prestes a vencer, em atendimento ao disposto no Edital de Credenciamento nº 001/2022 da CAPSECI, destacando que a regulamentação vigente estabelece a necessidade de reavaliação periódica do credenciamento, realizada a cada dois anos. Após análise da documentação apresentada e dos requisitos estabelecidos no edital, os membros deliberaram pela aprovação da renovação do credenciamento das seguintes instituições: XP Investimentos CCTVM S/A, CNPJ 02.332.886/0001-04, Instituição Custodiante de Recursos; XP Investimentos CCTVM S/A, CNPJ 02.332.886/0001-04, Instituição Intermediário de Recursos; Banco BTG Pactual S/A, CNPJ 30.306.294/0001-45, Instituição Custodiante / Emissor de Letras Financeiras; BTG Pactual CTVM S/A, CNPJ 43.815.158/0001-22, Instituição Distribuidora de Recursos; Itaú Unibanco Asset Management Ltda., CNPJ 40.430.971/0001-96, Instituição Gestora de Recursos; Itaú Unibanco S.A., CNPJ 60.701.190/0001-04, Instituição Administradora / Distribuidora de Recursos; Itaú Unibanco S.A., CNPJ 60.701.190/0001-04, Instituição Emissor de Recursos; e Itaú Unibanco S.A., CNPJ 60.701.190/0001-04, Instituição Custodiante de Recursos. Os membros registraram que as instituições analisadas atenderam aos critérios previstos no Edital de Credenciamento nº 001/2022 da CAPSECI, motivo pelo qual foi aprovada, por unanimidade, a renovação de seus credenciamentos para as respectivas categorias. **5.2 Outros assuntos;** Na sequência, foi apresentada a confirmação da aquisição de NTN-B com vencimento em maio de 2037, conforme deliberado na reunião anterior. O Sr. Luiz Fernando informou que a operação foi realizada por meio da plataforma eletrônica TradeMate da B3, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025, registrando que a nova sistemática reduziu a oferta de cotação pelas instituições financeiras, quando comparada à forma antiga, que era solicitada via e-mail. Alguns membros manifestaram interesse em acompanhar futuras aquisições de títulos públicos, com o objetivo de conhecer os procedimentos operacionais adotados. Na sequência, o Sr. Luiz Fernando apresentou aos membros o Relatório Mensal da Carteira de Investimentos referente aos meses de maio e junho de 2026, elaborado pela LEMA Consultoria de Investimentos. Informou que o fundo Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI emitiu comunicado afirmando que voltou a atender aos requisitos regulamentares para aplicações de RPPS, desde que possua certificação Pró-Gestão, bem como que permanece pendente o envio, pela Mérito DTVM, da certidão da CVM relativa à inexistência de penalidades nos últimos cinco anos, solicitada no processo de credenciamento da instituição. Na sequência, apresentou manifestação da consultoria no sentido de que os imóveis da CAPSECI não devem integrar o estudo de Asset Liability Management (ALM), por não constituírem ativos financeiros geradores de rentabilidade, bem como o entendimento de que a existência de processos administrativos sancionadores na CVM, por si só, não impede o credenciamento de instituições financeiras, devendo a análise considerar o conjunto dos fatos. Também foram debatidos os principais pontos discutidos nas reuniões realizadas com a BB Asset, Caixa Asset e XP Investimentos, que abordaram o cenário econômico, perspectivas de mercado e estratégias de investimento, ficando consignado que os materiais da XP serão disponibilizados aos membros quando encaminhados pela instituição. Em relação ao fundo Icatu Multimercado, objeto de debate nas últimas reuniões, optou-se pela manutenção do investimento na carteira, diante do desempenho satisfatório apresentado nos últimos meses, permanecendo o ativo sob

acompanhamento para eventual reavaliação futura. Por fim, os membros deliberaram solicitar à LEMA Consultoria de Investimentos parecer técnico sobre a estratégia de reaplicação dos aproximadamente R$ 17 milhões em títulos públicos federais com vencimento previsto para agosto de 2026, matéria que será apreciada na próxima reunião. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos às 11h15min, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes.

**Gilberto Yoshio Matuo**

**Rodrigo Gardin Pires**

**Ivan Rodrigo Zanoli**

**Marcos Alberto Valério**

**Luiz Fernando Russo de Oliveira**